

As/os assistentes sociais do Estado do Espírito Santo estão atentos à conjuntura política do país e se somam às lutas em defesa dos direitos humanos, da radicalização da democracia e contra qualquer tentativa de retrocesso.

Vivemos uma profunda crise econômica, social, ambiental e institucional que atinge as instituições que são pilares da democracia representativa burguesa e resultam em mais retirada de direitos e precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos governos do PT, baseado em um neoextrativismo exportador e na aplicação de uma política de ajuste recessiva, produziram um cenário de estagnação que parece durar, desemprego, inflação, arrocho, colapso dos serviços públicos, desastres e crimes ambientais.

Nessa conjuntura, a mídia, cuja principal rede de comunicação funciona como porta-voz das classes dominantes e de suas elites políticas, tem cumprido um papel nefasto de incitação de ódio e de manipulação de informações, contribuindo para o acirramento da polarização política no país e crescimento das ideias reacionárias e conservadoras com destaque para o punitivismo penal e discursos de ódio.

O Governo Temer que se apresenta como alternativa para “unir o Brasil” é um governo reacionário que pretende ir ao extremo na retirada de direitos da classe trabalhadora em benefício do capital pela via da apropriação do fundo público. O projeto “Uma Ponte para o Futuro” aprofunda de forma acelerada o conjunto de ataques econômicos, contrarreformas e desmonte das políticas públicas.

Portanto, a crítica e a luta contra esse governo são necessárias para barrar esses ataques e construir uma saída democrática que aponte para outro projeto de país.

Cabe às/aos profissionais do Serviço Social, historicamente engajadas/os nas lutas sociais e na defesa dos direitos, resistirem e se somarem às lutas em defesa das bandeiras históricas da categoria.

Reafirmamos:

- a) Posicionamento contrário às contrarreformas previdenciárias, trabalhistas, universitária e tributária;
- b) Defesa do Estado Laico;
- a) Posicionamento contrário à redução da maioria penal;
- b) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica em todas as políticas sociais;
- c) Defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e democrática em todos os níveis;
- d) Defesa do SUS 100% estatal, universal e de qualidade, com base nos princípios da reforma sanitária brasileira;
- e) Defesa da reforma psiquiátrica e implementação dos serviços substitutivos, extra-hospitalares e de base territorial;
- f) Defesa da plena implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituído pela Lei nº 12.594/2012;
- g) Defesa dos Princípios de Yogyakarta, o Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos LGBT e o Plano Nacional de Saúde da População LGBT;
- h) Defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais no acesso às políticas sociais e ao usufruto e permanência em seus territórios;
- i) Defesa da legalização do aborto, considerado como questão de saúde pública e como direito sexual e reprodutivo das mulheres.
- j) Defesa da legislação que assegura o direito à acessibilidade às pessoas com deficiência com destaque para a remoção de barreiras atitudinais, arquitetônicas, de comunicação e outras.
- k) Defesa da descriminalização das pessoas que consomem drogas e da regulação de todas as drogas no âmbito da produção, comércio e consumo. Por uma política sobre drogas antiproibicionista baseada numa perspectiva ética e da liberdade humana.

